

LEONARDO MOTA

Semana dramática

Esta foi uma semana que teve seus lances dramáticos. O relator-geral da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, e alguns dos seus relatores adjuntos, como o deputado Adolfo de Oliveira e o senador Fernando Henrique Cardoso, viveram momentos de grande tensão por conta, especialmente, das reações provocadas no meio militar por algumas emendas ao projeto da nova Constituição.

A irritação da alta hierarquia militar dirigia-se contra a anistia e se manteve mesmo com a correção promovida pelo relator-geral. Após a sua surpreendente fala na reunião ministerial de anteontem, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse ao senador Fernando Henrique Cardoso, que o abordou ao final do encontro, que aquela anistia custaria Cz\$ 50 bilhões aos cofres do Tesouro ("quem vai pagar isto?").

Outro objeto de reação militar foi o dispositivo que trata do papel das Forças Armadas. A Comissão Temática de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, aprovou dispositivo, concebido pelo relator, deputado Prisco Viana (o presidente da Comissão era o senador Jarbas Passarinho) dispoendo que as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, da lei e da ordem". Acredita-se que Bernardo Cabral e os seus relatores adjuntos procurem estabelecer um entendimento a respeito com os chefes militares.

A impressão que têm alguns dos auxiliares de Bernardo Cabral é a de que os chefes militares estão interessados não apenas em alterar as disposições referentes ao papel das Forças Armadas e à anistia, como desejam igualmente engrossar o movimento articulado pelo Palácio do Planalto contra a implantação do parlamentarismo, o que constitui evidente tendência da maioria dos constituintes.

Depois da reunião ministerial de quinta-feira, Bernardo Cabral e o senador Fernando Henrique Cardoso tiveram oportunidade de conversar, a portas trancadas, no gabinete de Sarney com o Presidente da República e o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto.

Sarney tomou a iniciativa de colocar o parlamentarismo. O Presidente sustentou a necessidade de conservar o sistema presidencialista pelo bem do País, ouvindo ponderações, principalmente, do líder Fernando Henrique Cardoso.

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, falou em estudo que vem preparando a respeito de sistema presidencial de governo, dando-se-lhe nova roupagem a fim de fortalecer o Congresso. Cardoso acha que o professor Saulo Ramos precisa disputar um mandato de deputado para tentar influir politicamente. Sua idéia é de que será possível negociar com o presidente Sarney a respeito de uma fórmula que concilie presidencialismo e parlamentarismo dando poderes ao Presidente da República.

Sarney voltou a defender modelo semelhante ao uruguaio no qual o Presidente da República nomeia um dos ministros para coordenar a ação do Governo, reconhecendo que as tarefas de governo são hoje muito complexas e que a descentralização é desejável, mas sem retirar poderes do Presidente da República.

Fernando Henrique Cardoso considera Sarney um homem afável e educado e está certo de que não encontrará muita vontade para uma negociação. O líder do PMDB no Senado também julga possível chegar a um entendimento com os ministros militares a respeito da melhor definição sobre o papel das Forças Armadas.

Sua idéia é de conciliar o texto que saiu da Comissão Temática de Organização Eleitoral, Partidária e Defesa das Instituições com algo novo que permita a criação de um mecanismo pelo qual aquelas instituições fiquem subordinadas às instituições do poder civil. Ao convocar a Constituinte, Sarney talvez nem sonhasse com as dificuldades que ela poderia criar, como está criando, com o chamado aparelho do Estado.

TARCISIO HOLANDA

Sarney organiza suas forças

Objetivo é mudar anistia, forma de governo e orçamento

EUGENIO NOVAES

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

"Se o anteprojeto de Bernardo Cabral for aprovado como está, este País ficará ingovernável", queixou-se ontem o presidente José Sarney a um assessor direto. E é para mudar essa situação que ele cancelou o fim de semana no sítio São José do Pericumã. Desta forma vai poder dedicar-se, integralmente, ao trabalho de derrubada dos pontos que considera inaceitáveis, entre os quais: o parlamentarismo, a anistia dos militares e a questão orçamentária.

Desde a divulgação do anteprojeto da Constituinte, o Presidente intensificou seu trabalho de articulação política através de sucessivos encontros isolados ou coletivos com parlamentares e centenas de telefonemas. Tudo com um único objetivo: convencer os constituintes sobre a inconveniência da aprovação desses pontos, explicando cuidadosamente os desdobramentos possíveis. Ao justificar sua rejeição ao parlamentarismo, Sarney alega que não deseja transmitir ao seu sucessor um sistema de Governo no qual ele não vai governar.

AS RAZÕES

E não fica nisto apenas, apresentando mais razões para o seu posicionamento. Ele entende que é "absolutamente inviável" a adoção do regime de gabinete num país com um sistema federativo e com eleições diretas para a Presidência da República, como é o caso brasileiro. Neste caso, costuma exemplificar o Presidente, o seu sucessor que será eleito com um mínimo de 40 milhões de votos em todo o País — o correspondente a maioria simples — para que um deputado, por exemplo — no caso o Primeiro-Ministro — com uma votação de apenas 28 mil votos de um único estado, seja investido de todo o poder.

Nas conversas que tem mantido nos últimos dias, Sarney não tem escondido que a anistia aos militares cassados não será aceita, sob qualquer hipótese, pelos militares. Não apenas em função do problema financeiro — resultaria num desembolso mínimo de Cz\$ 50 bilhões, só com o pagamento dos atrasados — mas também, e principalmente, em relação à questão política. Os militares consideram que seus companheiros cassados são "inabsoaráveis", e isto causaria um problema delicado. Com desdobramentos imprevisíveis.

ORÇAMENTO

Quanto a questão orçamentária, o Governo não aceita porque os estudos realizados pela assessoria do presidente Sarney indicam que, da forma como está, totalmente descentralizado, inviabilizará qualquer ação da União. Para cumprir as atribuições que foram acrescentadas ao Executivo seria necessário o dobro de recursos que o País dispõe atualmente.

O primeiro interlocutor do Presidente, hoje, será o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, com quem tem encontro marcado na parte da manhã, no Palácio da Alvorada. A expectativa é de que Sarney terá um movimento fim de semana em função dos encontros políticos que terá no sábado e no domingo.

O secretário-geral da Frente Parlamentarista, deputado Victor Faccioni (PDS-RS), afirmou ontem que a reunião do Ministério, na última quinta-feira, mostrou os defeitos do presidencialismo. O Ministro da Fazenda teve suas proposições criticadas pelos outros ministros porque não há homogeneidade, enquanto o Ministro do Exército se queixou de que o Governo tem maioria, mas não consegue aprovar suas proposições.



Os progressistas se reuniram ontem, sob coordenação de Scalco, para definir as emendas ao texto

Moderados jogam tudo no presidencialismo

Ainda sem digerir a surpresa que o parlamentarismo puro trouxe dentro do texto do substitutivo de Cabral, o grupo de moderados do PMDB vem mudando sua tendência e parte agora para tomar uma posição radical, e de igual quilate, dentro da Constituinte: vai apresentar emendas em bloco restabelecendo o presidencialismo. Mas com a ressalva de que o Executivo perderá muitos de seus atuais poderes, enquanto o legislativo ganhará força e prerrogativas nos moldes requeridos pela classe política.

As emendas ainda não estão prontas mas foram geradas como resposta ao que os moderados chamam de radicalização do relator, que deixou de lado tudo que foi negociado na Comissão de Organização dos Poderes para adotar uma emenda que não representa o pensamento médio da Constituinte. Segundo o líder Carlos Sant'Anna, essa definição sobre o presidencialismo poderá sair no decorrer da próxima semana, quando esgotam as conversações com lideranças peemedebistas buscando o entendimento.

O líder governista nega que a mudança do pensamento dentro do grupo moderado resulte de articulações plantadas pelo Palácio do Planalto, como chegaram a ser anunciadas. Para ele, esta é a resposta mais apropriada dessa ala política de cen-

tro a um sistema de governo que não encaixa no "parlamentarismo mitigado" antes negociado a nível de comissão temática.

Segundo Sant'Anna, existem contudo posições claras dentro do grupo moderado, como a de que, seja o sistema de governo que for, o Poder Legislativo terá que ser muito forte, porque essa é uma das exigências fundamentais. Contudo, definições mais abrangentes dependem ainda da conclusão dos estudos que diversos integrantes do grupo estão fazendo a partir de suas áreas de especialização.

O grupo moderado diz que passa dos 120 deputados, sem somar os que têm posição idêntica em outros partidos. Mas, de acordo com levantamento criterioso feito pelo deputado Basílio Villani (PMDB-PR) eles são exatos 117 deputados. Entretanto, na reunião de instalação do Centro Democrático só compareceram 40, enquanto o deputado Expedito Machado fala que são mil, número exagerado, levando em conta que existem apenas 559 constituintes.

Todavia, num balanço de forças para ver com quem contam os moderados para votar em plenário, tem que se considerar o bloco de centro que está sendo articulado pelo deputado Roberto Cardoso Alves e, neste caso, com a participação de vários partidos, como PDS, PTB, PDC, PL, PFL. Eles hoje asseguram que

são maioria e pretendem mostrar isso já nas votações da Comissão de Sistematização.

A linha atual desses moderados é trabalhar pelo presidencialismo, mas para isso terão que alterar todo o capítulo da Organização dos Poderes, através de emendas. Depois, precisam mobilizar os constituintes e acertar concessões, já que não existe unanimidade de pensamento a respeito de diversos assuntos.

Mas os moderados não contam apenas com suas forças. Eles estão certos de que a radicalização sobre sistema de governo jogará em campo os governadores de estado, que são contra o parlamentarismo e detêm poder de fogo suficiente para virar o voto de suas bancadas. Desde o início da semana que lideranças peemedebistas alertavam para esse problema, temendo que se repita o episódio envolvendo a duração do mandato presidencial, que polarizou opiniões entre quatro e cinco anos.

Há três dias, o líder Carlos Sant'Anna avisava que se houvesse radicalização temática a respeito de sistema de governo, fatalmente ressurgiria com força total o presidencialismo. No mesmo dia, o líder do PMDB, Luiz Henrique, também advertiu que "se forçar a reverter para o presidencialismo". E isso, praticamente, já aconteceu.

Esquerda quer mostrar força em plenário

Os partidos de esquerda, juntamente com o Movimento de Unidade Progressista, do PMDB, vão realizar, na próxima segunda-feira, uma grande reunião onde, além da unificação de elaboração de emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, pretendem dar uma demonstração de força, eles que já contam com mais de 90 integrantes e pretendem chegar a 150, na fase de discussão no plenário.

Os partidos de esquerda, que vêm se reunindo no Centro Cultural Missionário, dividiram o substitutivo do deputado Bernardo Cabral em 29 itens, e começaram ontem, através de pequenos grupos, (foto acima) analisar as diversas questões que, segundo eles, precisam ser modificadas.

São as seguintes as questões sobre as quais os partidos de esquerda apresentaram emendas: reforma agrária, empresa nacional, estabilidade, jornada de trabalho, papel das Forças Armadas, voto proporcional, organização partidária, estado de defesa, reserva de mercado, anistia, educação, comunicação, sistema financeiro, Tribunal Constitucional, dívida externa, justiça militar, eleições gerais, mandato presidencial, plebiscito, apreciação dos atos dos governos militares, reforma urbana, saúde e seguridade, direitos individuais e coletivos, direitos da mulher, tributação.

Quercia teme que mudança gere golpe

Da Sucursal

São Paulo — Ao concordar integralmente com as declarações do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, sobre o anteprojeto da Constituinte, o governador Orestes Quercia manifestou ontem a sua preocupação de que "o parlamentarismo seja um veículo para nova interferência das Forças Armadas na política do País".

Quercia defendeu o direito do Ministro opinar sobre o sistema de governo. Para ele as declarações de Leônidas não significam uma ameaça de golpe militar. O governador aproveitou as palavras duras do general para argumentar a favor do presidencialismo.

— Estou de acordo com Leônidas. Ele está no caminho certo. O que falou é minha tese também. Acho muito importante, até para efeito de se evitar que amanhã haja interferência das Forças Armadas na política, que resguardemos o processo de abertura democrática.

Da mesma forma que pretende pressionar a bancada paulista para que votem pelo presidencialismo na Constituinte, Quercia defendeu o direito do ministro do Exército "pressionar os seus representantes no congresso".

Sarney Filho: E as diretas?

Pineiro — MA — O deputado Sarney Filho (PFL-MA) disse ontem, nesta cidade, que está acompanhando com apreensão a discussão sobre a implantação do parlamentarismo no País, conforme foi colocado no parecer do relator Bernardo Cabral.

"Como é que o povo, que está lutando por eleições diretas para presidente da República sempre que se sente insatisfeito por alguma coisa, vai entender que, com o parlamentarismo as eleições passarão a ser indiretas? — indagou ele.

— No momento em que vários candidatos a presidente estão lutando por suas campanhas — acrescentou Sarney Filho — só posso acreditar que todos eles estão convictos de que a ideia do parlamentarismo no Brasil não passa de uma brincadeira.

Planalto agirá no Congresso

"Vou começar a agir dentro do Congresso Nacional para impedir a aprovação do parlamentarismo". O recado foi enviado hoje pelo presidente José Sarney, através do deputado Aécio Cunha Neves, para os constituintes que defendem esse regime de governo. Demonstrando estar disposto a negociar o regime presidencialista, Sarney revelou aceitar que o Congresso Nacional tenha poder de vetar a indicação de ministros.

Campos: Cabral retira direitos

O deputado Geraldo Campos (PMDB-DF) ex-presidentes da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, protestou contra o texto do projeto de constituição do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que os direitos sociais dos trabalhadores, alguns até conquistados anteriormente e muitas das que vieram com pareceres, favoráveis à categoria, foram retirados da Comissão Temática, terminaram por ficar totalmente esquecidas. "o que é pior, retiradas pelo relator", como a estabilidade do trabalhador, da jornada de 40 horas e do pagamento em dobro das férias, são algumas das propostas aprovadas e que Cabral omitiu em seu texto. A aposentadoria foi outro ponto reclamado por Geraldo Campos. Para ele a proposta de Bernardo Cabral é muito pior que a atual legislação, pois além de manter a aposentadoria aos 35 anos para os homens e 30 para as mulheres, passa a existir uma idade de 53 e 48 anos respectivamente.

"Hércules" é o pai do projeto

Pelo menos sessenta por cento dos dispositivos do anteprojeto apresentado na noite de quarta-feira pelo relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, foram aproveitados do projeto "Hércules", preparado pelo grupo dos 32, disse ontem, a deputada Sandra Cavalcanti.

A parlamentar, que integra a comissão dos conservadores incumbida de elaborar um estudo comparativo entre o "Hércules" e o anteprojeto Cabral, sustentou a necessidade de ser compatibilizada a "filosofia" do texto com alguns dispositivos que, a seu ver, estão "destoando". Entre eles, destacou a reforma agrária e o capítulo referente à Educação.

194 emendas já foram entregues

O primeiro dia de entrega de emendas dos constituintes ao substitutivo Bernardo Cabral foi, de certa forma, movimentado principalmente em se tratando de ser uma sexta-feira. Até às 19h45m, já haviam sido entregues 194 emendas ao substitutivo.

Os recordistas de apresentação de emendas foram os constituintes Nilson Gibson (PMDB-PE), Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) e Geovani Borges (PFL-AP).

Para o recebimento dessas emendas estão trabalhando 34 servidores da Constituinte, no horário de 9 às 20 horas. Na quarta-feira, o horário para a apresentação dessas emendas será de 9 às 24 horas. Os constituintes que quiserem apresentar suas emendas neste final de semana — sábado e domingo — poderão fazê-lo, pois o funcionamento do setor de recebimento de emendas será normal — de 9 às 20 horas.